

SINODALIDADE E MISSÃO

O legado do Concílio de Jerusalém

SINODALITY AND MISSION

The legacy of the Jerusalem Council

Jorge Henrique Barro*

Síntese: Este artigo explora a sinodalidade como prática e conceito fundamental para a Igreja contemporânea, utilizando o Concílio de Jerusalém, narrado em Atos 15, como paradigma histórico e teológico. Inicialmente, analisa o significado da sinodalidade no contexto católico e protestante, destacando sua aplicação como um caminho de comunhão e discernimento. O Concílio de Jerusalém é apresentado como modelo de unidade em meio à diversidade, evidenciando práticas de escuta mútua, dependência do Espírito Santo e equilíbrio entre liberdade cristã e sensibilidade cultural. O estudo também aborda o impacto prático da decisão tomada pelo Concílio, que promoveu alegria, paz e fortalecimento espiritual nas comunidades cristãs. Por fim, reflete sobre as implicações da experiência para a prática sinodal na Igreja contemporânea, destacando cinco aspectos principais: escuta ativa, dependência do Espírito Santo, unidade na diversidade, testemunho público e saúde espiritual.

Palavras-chave: Sinodalidade; Concílio de Jerusalém; Unidade cristã; Escuta mútua; Missão inclusiva.

Abstract: This article examines synodality as a fundamental practice and concept for the contemporary Church, using the Jerusalem Council, narrated in Acts 15, as a historical and theological paradigm. It begins by analyzing the meaning of synodality within Catholic and Protestant contexts, emphasizing its role as a path of communion and discernment. The Jerusalem Council is presented as a model of unity amidst diversity, showcasing practices of mutual listening, reliance on the Holy Spirit, and a balance between Christian freedom and cultural

* Doutor em Estudos Interculturais pelo Fuller Theological Seminary, Pasadena, Califórnia (EUA). Seu doutorado foi apostilado pela Escola Superior de Teologia (EST), São Leopoldo/RS. É o atual Diretor Executivo Geral da Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA), onde também é professor em vários cursos, dentre eles no Mestrado Profissional em Teologia. É pastor presbiteriano, escritor e conferencista. E-mail: jorge@ftsa.edu.br

sensitivity. The practical impact of the Council's decision is also discussed, highlighting the resulting joy, peace, and spiritual strengthening in Christian communities. Finally, it reflects on the implications of this experience for the contemporary Church's synodal practice, emphasizing five key aspects: active listening, dependence on the Holy Spirit, unity in diversity, public witness, and the spiritual health of the Church.

Keywords: Synodality; Jerusalem Council; Christian Unity; Mutual Listening; Inclusive Mission.

Introdução

“Uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, ciente de que escutar ‘é mais do que ouvir’ (EG 171). É uma escuta recíproca, onde cada um tem algo a aprender” (Francisco, 2015).

A *sinodalidade*, em essência, reflete o chamado da Igreja para caminhar em unidade, promovendo comunhão, participação e missão. Mais do que um conceito, é uma prática que integra escuta mútua e discernimento sob a orientação do Espírito Santo. Esse princípio não se limita a uma tradição específica, mas ressoa em diferentes expressões do cristianismo, apontando para a importância do diálogo e da colaboração na vida comunitária e na missão eclesial.

No entanto, ao se tratar da relação entre sinodalidade e missão, a literatura ainda carece de maior aprofundamento, especialmente no contexto protestante e evangélico. Embora haja farta produção teológica sobre modelos eclesiológicos sinodais no catolicismo e em tradições reformadas, a ligação direta entre práticas sinodais e a dimensão missional da igreja muitas vezes permanece implícita ou subexplorada. Este artigo propõe, portanto, uma reflexão que aproxime essas duas dimensões: sinodalidade como escuta e discernimento comunitário, e missão como movimento de inclusão, envio e reconciliação no mundo.

O Concílio de Jerusalém, narrado em Atos 15, emerge como um paradigma essencial para esse diálogo. Situado num momento crítico de transição cultural e expansão da fé cristã, o episódio oferece uma base bíblica e teológica para pensar a sinodalidade como prática missionária concreta e não apenas como arranjo organizacional.

Este artigo propõe uma leitura do Concílio de Jerusalém a partir de três movimentos principais: 1) o caminho da escuta comunitária e do

discernimento espiritual; 2) a busca pelo equilíbrio entre diversidade cultural e unidade teológica; 3) e as implicações missionais e espirituais da decisão tomada pela Igreja primitiva.

Por fim, a pesquisa também trará à tona uma tensão pouco explorada: o fato de o Concílio decidir sobre os gentios sem a presença representativa deles na discussão. Essa crítica – evidenciada posteriormente na carta de Paulo aos Gálatas – lança uma luz importante sobre os limites do processo sinodal descrito em Atos e sobre a necessidade de um diálogo verdadeiramente inclusivo, em que os sujeitos da missão também tenham voz.

Sinodalidade no contexto católico

A busca por um entendimento claro e abrangente sobre o conceito de sinodalidade permanece desafiadora, especialmente quando considerada em um contexto que transcende as fronteiras da Igreja Católica. A palavra, derivada do grego *synodos* (syn, *com*, e (h)odos, *caminho*), carrega a ideia de caminhar juntos como Povo de Deus. Essa noção, profundamente enraizada na tradição cristã, reflete tanto a dimensão relacional quanto a dinâmica colaborativa da caminhada comunitária. Historicamente, essa expressão se aplica tanto à comunhão entre as igrejas locais quanto às reuniões eclesiais em diferentes níveis, como sínodos e concílios. Mais recentemente, o termo evoluiu para abarcar não apenas a ideia de diálogo e discernimento, mas também de participação ativa na missão e na vida da Igreja.

O conceito de *sinodalidade* ganha centralidade nos debates eclesiais contemporâneos com o Sínodo convocado pelo Papa Francisco, realizado entre outubro de 2021 e outubro de 2023. Nesse contexto, a publicação do documento preparatório *Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão*, destaca que, nos primeiros séculos, a prática de *caminhar juntos* era essencial para sustentar a unidade e a missão. Nesse documento, escuta mútua e discernimento aparecem como elementos indispensáveis para a vivência concreta da sinodalidade.

Embora a sinodalidade tenha raízes profundamente entrelaçadas com a tradição católica, é possível identificar práticas similares em outros contextos cristãos. Entre os protestantes, a terminologia pode diferir, mas a essência de *caminhar juntos* se manifesta em práticas como

concílios, assembleias e conferências, que buscam refletir os princípios de comunhão, unidade e colaboração na missão do Evangelho.

Sinodalidade no contexto protestante

No protestantismo, o termo sínodo não carrega o mesmo peso teológico ou eclesiológico que no catolicismo, mas é amplamente utilizado para descrever reuniões formais de representantes das igrejas. Essas reuniões frequentemente tratam de questões doutrinárias, administrativas ou ministeriais. Particularmente em tradições reformadas e presbiterianas, essas assembleias refletem um modelo de autoridade colegiada, promovendo a ideia de que decisões são tomadas em comunhão e colaboração.

Exemplos históricos, como o Concílio de Westminster ou as Assembleias Gerais presbiterianas, ilustram momentos significativos de decisão coletiva em resposta a desafios doutrinários, pastorais ou missiológicos. Essas práticas demonstram a busca contínua pela unidade, mesmo diante de diversidades teológicas ou culturais. Além disso, a comunhão entre igrejas locais, regionais e globais desempenha um papel crucial no protestantismo, muitas vezes fundamentada em relacionamentos espirituais e na fidelidade às Escrituras.

No contexto reformado, conceitos como *concerto* ou *pacto* refletem uma abordagem teológica e prática que enfatiza a colaboração e a responsabilidade mútua entre igrejas. Essas ideias sublinham o compromisso de *caminhar juntos*, não apenas em questões administrativas, mas também na proclamação do Evangelho e na edificação mútua do Corpo de Cristo. Assim, ainda que o termo sinodalidade não seja amplamente utilizado, os princípios subjacentes estão presentes, apontando para a busca por comunhão espiritual e cooperação missionária.

Dessa forma, a sinodalidade, em sua essência, conecta os esforços de diferentes tradições cristãs na busca por unidade, fidelidade ao Evangelho e relevância missional.

O Concílio de Jerusalém como exemplo de caminho em comunhão

Para compreender a relevância prática de caminhar juntos, tanto na tradição católica quanto protestante, é fundamental revisitar o Concílio de Jerusalém, narrado em Atos 15. Existem discussões sobre se é correto

chamar o Concílio de Jerusalém de *Concílio*, *Concílio Apostólico*, *Concílio Primitivo* ou *Consulta*. Por exemplo, para Fitzmyer (1997, p. 543),

Essa reunião frequentemente tem sido chamada de Concílio Apostólico. Isso é, na verdade, um equívoco, porque a reunião descrita não é uma assembleia solene de autoridades de toda a igreja. Além disso, ela nunca é contada como um dos concílios na história do cristianismo. No entanto, quando se reflete sobre a questão discutida e sua importância doutrinária para o futuro da igreja, pode-se entender por que ela pode ser considerada uma espécie de “Concílio” (Por isso mantenho o nome e o coloco entre aspas). De fato, trata-se do episódio na igreja primitiva que, eventualmente, leva à convocação dos concílios oficiais em datas posteriores.

Esse evento histórico emerge como um paradigma bíblico de sinodalidade, exemplificando como a Igreja primitiva enfrenta tensões internas e desafios missionários por meio de diálogo, escuta mútua e discernimento comunitário.

O contexto do Concílio de Jerusalém apresenta um desafio teológico e cultural de grande proporção: os gentios convertidos deveriam ou não seguir as práticas da lei mosaica para serem plenamente aceitos na comunidade cristã? Essa questão não era apenas uma disputa doutrinária, mas também uma luta pela definição da identidade da Igreja em um momento de expansão transcultural. A controvérsia gera intenso debate, evidenciando opiniões divergentes entre os líderes. Contudo, o processo de resolução, centrado na escuta mútua e guiado pelo Espírito Santo, resulta em uma decisão que reafirma a inclusão dos gentios, sem impor exigências que comprometam a liberdade no Evangelho.

Esse episódio destaca *três pilares* essenciais para o caminhar conjunto:

1. *Escuta comunitária*. Todas as vozes relevantes são ouvidas e consideradas. O relato de Atos 15 evidencia que os apóstolos e presbíteros, reunidos em Jerusalém, concedem espaço para que diferentes perspectivas sejam apresentadas. Por exemplo, Paulo e Barnabé relatam os sinais e prodígios realizados entre os gentios, enquanto os cristãos de origem farisaica expõem suas preocupações quanto à observância da lei (At 15,5; 12). Essa prática de escuta não apenas promove respeito mútuo, mas também reforça a noção de que o discernimento coletivo é fundamental para decisões eclesásticas.

2. *Discernimento sob a orientação do Espírito Santo*. As decisões tomadas no Concílio refletem uma busca sincera pela vontade divina. Pedro,

por exemplo, destaca que Deus, ao dar o Espírito Santo aos gentios, não fez distinção entre judeus e gentios, purificando-lhes o coração pela fé (At 15,8-9). A carta final enviada às igrejas reafirma essa dependência do Espírito Santo, declarando: “Pois pareceu bem ao Espírito Santo e a nós não vos impor maior encargo além destas coisas essenciais” (At 15,28). Esse compromisso com a liderança do Espírito Santo garante que as resoluções não sejam meramente humanas, mas fruto de uma orientação divina.

3. *Compromisso com a missão.* O Concílio de Jerusalém demonstra preocupação não apenas com a preservação da unidade interna, mas também com a eficácia da missão externa da Igreja. Ao remover barreiras culturais desnecessárias, como a exigência de circuncisão, a decisão abre caminho para a expansão do Evangelho entre os gentios. Essa abordagem reflete a compreensão de que a missão da Igreja é inclusiva e universal, transcendente às fronteiras culturais e religiosas (At 15,19-20). Essa compreensão ressoa com a visão missionária de autores como David Bosch, que argumenta que a missão cristã é, em sua essência, um movimento de fronteiras – rompendo barreiras étnicas, culturais e religiosas em nome do evangelho da reconciliação. Para Bosch (1991), a missão não é uma função secundária da Igreja, mas a própria expressão e essência de sua natureza. O Concílio de Jerusalém, nesse sentido, representa não apenas uma solução pastoral, mas uma profunda redefinição do alcance e da identidade da missão cristã.

Outros teólogos missiólogos, como Lesslie Newbigin, enfatizam que a missão só é fiel ao Evangelho quando o mantém centrado em Cristo e encarnado nas culturas locais. A decisão de não impor a lei mosaica aos gentios, nesse contexto, é uma antecipação do princípio da contextualização – a Boa Nova sendo traduzida sem colonização, mas com fidelidade ao Evangelho. Newbigin (1995, p. 2) afirma que “a missão não pode ser reduzida a uma das atividades da Igreja; ela é o seu modo de ser no mundo, a forma pela qual participa do propósito redentor de Deus na história”.

Mais do que resolver um conflito interno, o Concílio se configura como um gesto missional, que antecipa princípios hoje valorizados na prática da missão contextualizada. A decisão de não impor o jugo da lei mosaica aos gentios reafirma uma compreensão missionária baseada na graça, no acolhimento e no reconhecimento da ação de Deus fora dos marcos culturais judaicos. Essa percepção dialoga com abordagens

contemporâneas da missiologia, como a de David Bosch, que propõe a missão como um movimento de reconciliação e inclusão, guiado pela sensibilidade ao contexto. Para Bosch (1991), missão é, antes de tudo, participar do movimento de Deus rumo ao mundo, o que exige escuta, discernimento e abertura ao novo. O Concílio, portanto, não apenas responde a uma crise, mas torna-se modelo de discernimento missionário, ao priorizar a comunhão e a liberdade do Evangelho sobre demandas culturais específicas.

O Concílio de Jerusalém não apenas resolve uma questão teológica específica, mas também estabelece um modelo para a prática da *unidade na diversidade*. Ele demonstra que é possível superar divisões e construir comunhão, quando a Igreja se dispõe a escutar, discernir e agir em conjunto. Esse exemplo continua a inspirar práticas sinodais na Igreja contemporânea, lembrando-nos de que o verdadeiro caminhar juntos deve sempre refletir a busca pela vontade de Deus e o compromisso com sua missão redentora.

4. *Ausência representativa dos gentios*: Embora o Concílio de Jerusalém represente um avanço teológico e missional ao afirmar a salvação dos gentios sem a imposição da lei mosaica, o processo que levou a essa decisão carrega uma tensão importante: *os destinatários da resolução* – os cristãos gentios – não parecem ter tido voz representativa no debate.

A ausência explícita de representantes gentílicos na deliberação evidencia uma lacuna no modelo sinodal apresentado em Atos 15: *decide-se sobre os outros, sem os outros*. A escuta, embora presente no relato, é restrita às lideranças da Igreja de Jerusalém e aos enviados de Antioquia. Essa limitação levanta uma questão ainda hoje pertinente: até que ponto um processo sinodal é realmente inclusivo quando os sujeitos diretamente afetados por uma decisão não participam ativamente de sua formulação?

Essa tensão se intensifica quando lemos a carta de Paulo aos Gálatas, escrita posteriormente ao Concílio. Em Gálatas 2, Paulo relata sua ida a Jerusalém e a oposição a certas imposições feitas por “falsos irmãos” (Gl 2,4-5). Ele também narra o confronto direto com Pedro em Antioquia (Gl 2,11-14), acusado de hipocrisia por se afastar dos gentios diante de pressões de cristãos judeus. Esse episódio sugere que, apesar da resolução do Concílio, as práticas acordadas não foram plenamente aceitas ou respeitadas por todos – revelando um abismo entre teoria e prática.

A crítica paulina não invalida a importância do Concílio, mas o complementa com uma visão realista: a construção de uma igreja inclusiva exige não apenas decisões institucionais, mas também coerência prática e transformação de mentalidades. A Carta aos Gálatas, nesse sentido, funciona como um contrapeso e um alerta sobre os limites da sinodalidade quando ela se distancia dos afetados por suas decisões.

Esse ponto convida a Igreja contemporânea a pensar a sinodalidade não apenas como escuta formal entre lideranças, mas como *um processo de participação real e representativa*, onde aqueles que vivem as tensões concretas da missão *tenham voz e presença ativa*.

1. Contexto histórico e teológico do Concílio de Jerusalém

O Concílio de Jerusalém, narrado em Atos 15, se configura como um marco decisivo na trajetória da Igreja primitiva. Note que:

Não é por acaso que o Concílio Apostólico ocupa o centro do livro. Ele é o grande ponto de virada, a transição da igreja primitiva para a igreja “contemporânea”. A partir desse momento, os apóstolos desaparecem, mesmo em Jerusalém (cf. Atos 21:15-26 etc.). Em Jerusalém, a continuidade é representada por Tiago; na igreja cristã gentílica, por Paulo (Conzelmann, 1987, p. 115).

Ele aborda, de maneira pioneira, os desafios de harmonizar tensões teológicas e culturais em um cenário de expansão missionária. Esse evento não apenas enfrenta uma das primeiras grandes crises doutrinárias do cristianismo, mas também estabelece um modelo paradigmático de diálogo e discernimento comunitário. Ele destaca como a Igreja, desde seus primórdios, é chamada a lidar com tensões internas enquanto permanece fiel à sua missão evangelizadora. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Concílio de Jerusalém representa um cruzamento entre a antropologia teológica e missiológica, ao buscar integrar diferentes identidades culturais dentro do povo de Deus.

O capítulo 15 de Atos se situa em um contexto de rápido crescimento e transição histórica na Igreja. Até então, a narrativa de Atos enfatiza a expansão do cristianismo, impulsionada pelo derramamento do Espírito Santo no dia de Pentecostes (At 2) e pela pregação apostólica em Jerusalém, Samaria e nas regiões circunvizinhas. Contudo, a perseguição em Jerusalém (At 8,1-4), seguida pelas viagens missionárias de Paulo e

Barnabé (At 13-14), inaugura uma nova fase transcultural, trazendo à tona desafios inéditos para a jovem comunidade cristã.

1.1 A expansão do Evangelho e o conflito emergente

No início do capítulo 15, a Igreja se depara com uma questão central: como integrar os gentios convertidos ao cristianismo sem comprometer a identidade teológica e cultural dos cristãos judeus? Esse conflito, já latente em eventos anteriores, ganha maior relevância após a conversão de Cornélio, relatada em Atos 10. Cornélio, um oficial romano e gentio, recebe o Espírito Santo antes mesmo de ser batizado ou aderir à lei mosaica, o que desafia as expectativas teológicas dos primeiros cristãos de origem judaica.

Além disso, o trabalho missionário de Paulo e Barnabé entre os gentios, durante sua primeira viagem missionária (At 13-14), exacerba a questão ao demonstrar que o evangelho transcende barreiras culturais e religiosas. Esses eventos não apenas confirmam a universalidade da mensagem cristã, mas também inauguram uma Igreja multicultural, marcada pela diversidade e pelos conflitos inerentes a essa diversidade.

No contexto predominantemente judaico da Igreja inicial, a fé em Cristo era entendida como o cumprimento da lei mosaica, e não como sua rejeição. Muitos cristãos judeus, enraizados em tradições milenares, viam a circuncisão e a observância da lei como requisitos indispensáveis para a pertença ao povo de Deus. No entanto, a conversão em massa de gentios, especialmente nas cidades de Antioquia, Listra, Derbe e Icônio, colocou a seguinte questão em evidência: os gentios precisariam adotar os costumes da lei mosaica, incluindo a circuncisão, para serem plenamente aceitos como seguidores de Cristo?

Esse debate envolvia *três dimensões* cruciais:

1. *Identidade religiosa*: Qual seria a relação entre o cristianismo nascente e o judaísmo, sua matriz histórica? Como preservar a continuidade com a tradição mosaica sem comprometer a novidade do Evangelho?

2. *Unidade da Igreja*: Como manter a comunhão entre cristãos provenientes de origens culturais tão distintas, evitando divisões internas que pudessem fragilizar a jovem comunidade?

3. *Missão evangelizadora*: Como remover barreiras culturais e práticas que poderiam dificultar a aceitação do Evangelho entre os gentios?

A insistência em normas como a circuncisão seria vista como um obstáculo desnecessário para a expansão da fé.

Esses aspectos tornam o Concílio de Jerusalém não apenas uma reunião para resolução de uma controvérsia, mas também um evento definidor para a identidade e missão da Igreja. Ele inaugura uma abordagem que equilibra fidelidade teológica, sensibilidade cultural e compromisso missionário. Esse equilíbrio será fundamental para que a Igreja possa crescer em unidade e continuar a proclamar o Evangelho “até os confins da terra” (At 1,8).

1.2 O cenário imediato de Atos 15

Algo chama a atenção nessa narrativa: tem uma questão geográfica com *começo, meio e fim*. Começa e termina em *Antioquia* (da Síria), mas no meio está *Jerusalém*. Paulo e Barnabé “tendo anunciado a palavra em Perge, desceram a Atália e dali navegaram para *Antioquia*, onde tinham sido recomendados à graça de Deus para a obra que haviam já cumprido. Ali chegados, reunida a Igreja, relataram quantas coisas fizera Deus com eles e como abrisse aos gentios a porta da fé. E permaneceram não pouco tempo com os discípulos” (At 14,25-28). Termina com o parecer dos “apóstolos e aos presbíteros, com toda a Igreja, tendo elegido homens dentre eles, enviá-los, juntamente com Paulo e Barnabé, a *Antioquia*” (At 15,22). Esse fato – começar e terminar em Antioquia, mas sendo o Concílio realizado em Jerusalém –, tem alguma importância? De acordo com McKinney (2024, p. 3),

A geografia do Concílio também é importante. Peterson aponta que a narrativa começa e termina em Antioquia. O problema que está sendo abordado pelo Concílio deveria ser resolvido em Jerusalém. Havia o potencial para uma divisão entre cristãos gentios (não circuncidados) e cristãos judeus (circuncidados) e uma divisão prejudicial entre as duas igrejas, se o Concílio não tivesse resolvido as questões da circuncisão e das leis alimentares.

O capítulo 15 de Atos se inicia com a chegada de um grupo de cristãos de origem farisaica em Antioquia da Síria, uma das principais bases missionárias da Igreja primitiva. Esses indivíduos, frequentemente chamados de judaizantes, defendem a necessidade de observância da lei mosaica para a salvação. Eles afirmam categoricamente: “Se não vos circuncidardes segundo o costume de Moisés, não podeis ser salvos” (At 15,1).

Essa declaração gera uma “contenda e não pequena discussão” (At 15,2) entre os recém-chegados e Paulo e Barnabé, líderes proeminentes na pregação do Evangelho aos gentios. Ambos se opõem firmemente à exigência da circuncisão como condição para a salvação, considerando que tal imposição contradiz a essência da mensagem de graça proclamada em Cristo. A controvérsia alcança proporções tão significativas que a comunidade de Antioquia decide enviar Paulo, Barnabé e outros delegados a Jerusalém, a fim de consultar os apóstolos e presbíteros sobre o assunto (At 15,2).

Ao chegarem em Jerusalém, Paulo e Barnabé relatam em detalhes “quantas maravilhas Deus fizera por meio deles entre os gentios” (At 15,4). Esse testemunho enfatiza que a inclusão dos gentios na fé cristã é acompanhada por evidências claras da ação divina, como sinais e prodígios realizados pelo Espírito Santo. Muitos na Igreja em Jerusalém, incluindo apóstolos e presbíteros, se alegram com essas notícias, reconhecendo a expansão do Evangelho além das fronteiras do judaísmo.

Contudo, a oposição persiste. Cristãos de origem farisaica, que estavam profundamente enraizados nas tradições judaicas, reiteram sua posição: “É necessário circuncidá-los e determinar-lhes que observem a lei de Moisés” (At 15,5). Essa declaração reflete a tensão central do debate: a relação entre a nova fé cristã e a herança religiosa judaica. Para os cristãos farisaicos, a circuncisão não é apenas um ritual, mas o sinal da aliança de Deus com Abraão e seus descendentes (Gn 17,9-14), e, portanto, um aspecto indispensável da identidade do povo de Deus.

Essa “contenda e não pequena discussão” (At 15,2) tem motivo para os judeus:

Os judeus não dizem: os gentios não podem ser salvos de jeito nenhum. Eles dizem: Você não pode ser salvo a menos que seja circuncidado. Isso quase todos os judeus teriam permitido, pois, embora alguns judeus fossem mais, outros menos, entusiasmados em fazer prosélitos, era geralmente reconhecido que os gentios, se cumprissem as condições necessárias, poderiam entrar no rebanho judaico. Os judeus simplesmente afirmam a proposição familiar: os judeus são o povo eleito de Deus, e os judeus do sexo masculino são circuncidados – como bebês se nascidos em uma família judia, caso contrário, após a conversão. Exceções a este requisito são difíceis de encontrar (Barrett, 2004, p. 699).

A controvérsia revela um ponto de inflexão na história da Igreja primitiva. Ela não é apenas uma disputa sobre práticas religiosas, mas

um confronto entre duas visões sobre o Evangelho e a identidade do povo de Deus: uma que busca preservar a continuidade com a tradição judaica e outra que enfatiza a universalidade da salvação em Cristo, independente de barreiras culturais ou rituais.

A reunião em Jerusalém, portanto, não é apenas um esforço para resolver uma divergência teológica, mas também um momento crucial para determinar o futuro da missão. Ao reunir líderes de diferentes perspectivas, a Igreja demonstra sua disposição de buscar, por meio da escuta e do discernimento comunitário, uma solução que esteja alinhada à vontade de Deus e à essência do Evangelho.

2. O Concílio de Jerusalém: uma reunião decisiva

O Concílio de Jerusalém, registrado em Atos 15, marca um divisor de águas na história da Igreja primitiva. Este encontro não apenas enfrenta um dos primeiros desafios teológicos e culturais significativos do cristianismo, mas também estabelece um modelo duradouro de como lidar com tensões internas por meio de diálogo comunitário, escuta mútua e discernimento guiado pelo Espírito Santo. Mais do que uma reunião administrativa, este Concílio emerge como um paradigma de como a Igreja pode preservar sua unidade enquanto navega por águas turbulentas de diversidade teológica e cultural.

Ser Igreja implica, inevitavelmente, no desafio da *unidade na diversidade*. A diversidade de conceitos bíblicos e teológicos, bem como de contextos culturais e experiências humanas, frequentemente provoca fissuras nas relações comunitárias e desafios para a comunhão no Corpo de Cristo. Essa realidade pode deixar marcas profundas e cicatrizes em indivíduos e comunidades, comprometendo o testemunho da Igreja diante do mundo. Não é difícil imaginar que essas tensões estavam presentes no coração e na mente de Paulo quando ele escreveu aos Efésios: “Esforçando-vos diligentemente por preservar a unidade do Espírito no vínculo da paz” (Ef 4,3). Ele não apenas exortou os crentes à unidade, mas também ofereceu um fundamento teológico sólido: “Há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos” (Ef 4,4-6).

A sinodalidade, entretanto, não ocorre automaticamente ou de forma espontânea. Nossas próprias experiências em reuniões conciliares contemporâneas ilustram isso. Se os corredores dessas assembleias falassem, revelariam conflitos e disputas que frequentemente surpreenderiam aqueles que acreditam que tais encontros são compostos exclusivamente por pessoas desprovidas de interesses pessoais. A prática da sinodalidade exige de todos, sem exceção, um esforço diligente. A palavra *diligentemente* (*spoudazo*, no grego), utilizada por Paulo, implica em um empenho intencional e zeloso. Esse empenho não é casual, mas um compromisso ativo em “preservar a unidade do Espírito” no vínculo da paz.

O verbo *preservar* (*tereo*, no grego) carrega o sentido de cuidar, proteger e manter com atenção cuidadosa. A unidade, como Paulo enfatiza, não é algo que os crentes criam por si mesmos, pois ela já foi garantida pela obra de Cristo na cruz. Contudo, essa unidade requer de cada membro do Corpo de Cristo uma postura de zelo ativo e contínuo para manter o que foi conquistado pelo Senhor. Essa dinâmica reflete o grande desafio da sinodalidade: como harmonizar diferentes vozes e perspectivas sem comprometer a essência do Evangelho e a comunhão espiritual da Igreja.

Esse mesmo desafio estava presente no Concílio de Jerusalém. A Igreja primitiva enfrentava uma tensão real e urgente: como integrar gentios na comunidade cristã sem impor um fardo desnecessário, mas também sem desrespeitar a herança religiosa dos cristãos judeus? O Concílio se apresenta, portanto, como uma lição prática de que a unidade em Cristo não é uma utopia inatingível, mas um chamado que exige esforço, paciência e, acima de tudo, dependência do Espírito Santo.

A sinodalidade, como prática, não é apenas uma ferramenta organizacional, mas uma expressão viva da comunidade de fé em ação. Ela demonstra que a comunhão não se baseia na uniformidade, mas na diversidade reconciliada em Cristo. O Concílio de Jerusalém nos lembra que as tensões não são obstáculos insuperáveis, mas oportunidades para a Igreja reafirmar sua identidade como um povo chamado a caminhar junto, sob a orientação do Espírito Santo.

2.1 A dinâmica da reunião

O Concílio de Jerusalém, descrito em Atos 15, se configura como um marco na história da Igreja primitiva, não apenas pela relevância

das questões teológicas discutidas, mas também pelo exemplo paradigmático de como lidar com tensões internas de forma colaborativa e dependente do Espírito Santo. Este encontro ocorre em um momento de transição na expansão do Evangelho, quando a mensagem de Cristo já havia ultrapassado as fronteiras do judaísmo, alcançando uma ampla diversidade cultural representada pelos gentios.

Entretanto, a inclusão de novos convertidos gerou tensões internas. A integração dos gentios em uma comunidade predominantemente judaica trouxe à tona questões que não eram meramente teológicas, mas também culturais e identitárias. O Concílio foi convocado para responder a uma controvérsia central: os gentios precisariam se submeter à circuncisão e à obediência à lei mosaica para serem salvos? Essa era uma questão que colocava em risco tanto a unidade da Igreja quanto a clareza da mensagem do Evangelho.

A reunião contou com apóstolos, presbíteros e líderes eclesiais, formando um ambiente de diálogo e comunhão que permitiu à Igreja abordar a controvérsia de maneira conjunta. Esse modelo demonstra o compromisso da Igreja primitiva em preservar a comunhão eclesial enquanto enfrentava desafios doutrinários.

A dinâmica da reunião pode ser compreendida em *três momentos* principais: a apresentação da controvérsia, o processo de escuta e diálogo, e as intervenções decisivas.

Apresentação da controvérsia

A reunião inicia com a exposição do problema. Cristãos de origem farisaica, profundamente enraizados na tradição judaica, argumentam que a circuncisão e a observância da lei mosaica eram indispensáveis para a salvação (At 15,5). Para eles, a circuncisão, instituída por Deus como sinal da aliança com Abraão (Gn 17,9-14), era um elemento inegociável da identidade do povo de Deus.

Por outro lado, Paulo e Barnabé apresentam evidências claras de que Deus estava agindo entre os gentios. Em seu relatório, eles destacam os sinais e maravilhas realizados pelo Espírito Santo durante suas missões, demonstrando que Deus já havia aceitado os gentios pela fé, sem exigir a observância da lei mosaica (At 15,4; 12). A conversão de Cornélio e sua casa (At 10) já havia sido uma prova irrefutável de que o Espírito Santo não fazia distinção entre judeus e gentios. Como afirma Jacob

Jervell (1996, p. 42), “no relato do Concílio Apostólico em Jerusalém (15,1-35), o incidente de Cornélio funciona como prova”.

Essa apresentação inicial evidencia a gravidade da questão, que ultrapassava o âmbito teológico e alcançava as dimensões práticas e culturais da vida comunitária. A tensão entre a fidelidade à tradição judaica e a inclusão dos gentios exigia uma resolução que não fragmentasse a Igreja nem comprometesse a mensagem central do Evangelho: a salvação pela graça, mediante a fé em Cristo (Ef 2,8-9).

Escuta e diálogo

Um dos aspectos mais significativos do Concílio foi o espaço dedicado à escuta mútua. Essa prática, enraizada na vida comunitária da Igreja primitiva, permitiu que todas as perspectivas fossem ouvidas antes de qualquer decisão. O texto de Atos destaca que houve “não pequena discussão” (At 15,2), o que reflete a seriedade do debate e a busca por uma resolução que fosse fruto de discernimento coletivo.

A escuta, no entanto, não se limitou a um exercício formal. Ela envolveu um processo de discernimento comunitário, guiado pela convicção de que o Espírito Santo conduziria a Igreja à verdade (Jo 16,13). Este diálogo também revelou o compromisso com a comunhão, reconhecendo que a busca pela unidade não deveria ser feita à custa da verdade do Evangelho.

“Então, toda a multidão *silenciou* e passou a ouvir a Barnabé e Paulo” (At 15,12). Essa descrição revela como a escuta se tornou uma prática central no discernimento comunitário, permitindo que os relatos das maravilhas realizadas por Deus entre os gentios moldassem a compreensão dos participantes.

O processo de escuta reforça uma verdade essencial: as decisões na Igreja primitiva não eram tomadas unilateralmente, mas em comunhão. A consideração de diferentes contextos e perspectivas não apenas garantiu uma decisão teologicamente sólida, mas também promoveu o respeito mútuo entre os membros da comunidade.

Intervenções decisivas

À medida que o diálogo avançava, dois líderes desempenham papéis cruciais na formulação da resolução final: Pedro e Tiago.

Pedro: um testemunho decisivo

Pedro tinha aprendido a lição de que ninguém deveria ser chamado de “comum” ou impuro (10:28); ele tinha visto que Deus estava tão pronto para aceitar gentios crentes quanto judeus crentes, e não há nenhuma sugestão de que a necessidade ou mesmo a desejabilidade da circuncisão tivesse sido instada a Cornélio (Bruce, 1990, p. 329).

Baseado em sua experiência com a conversão de Cornélio, Pedro apresenta um testemunho que desafia os defensores da circuncisão. Ele relembra que Deus, ao conceder o Espírito Santo aos gentios, não fez distinção alguma entre eles e os judeus, purificando-lhes o coração pela fé (At 15,8-9). Ele questiona: “Por que, então, agora vocês estão tentando provocar a Deus, impondo aos gentios um jugo que nem nossos antepassados nem nós conseguimos suportar?” (At 15,10).

Sua declaração é profundamente teológica e pastoral, pois reafirma que a salvação não é resultado da observância da lei, mas um dom da graça divina (At 15,11). O testemunho de Pedro é decisivo, pois sublinha a universalidade da graça de Deus e desafia os argumentos que tentavam impor barreiras culturais ao evangelho.

Tiago: um mediador conciliador

Tiago, como líder da Igreja em Jerusalém, desempenha o papel de mediador, sintetizando os argumentos apresentados e propondo uma solução que promove a unidade sem comprometer a essência do Evangelho. Ele recorre às Escrituras, citando a profecia de Amós: “Depois disso, voltarei e reconstruirei o tabernáculo caído de Davi [...] para que o restante da humanidade busque o Senhor, assim como todos os gentios que têm o meu nome” (At 15,16-17, citando Am 9,11-12).

Tiago recomenda que os gentios sejam acolhidos sem a exigência de circuncisão, mas sugere práticas que respeitem as sensibilidades culturais dos cristãos judeus: abster-se de alimentos sacrificados a ídolos, sangue, carne de animais sufocados e imoralidade sexual (At 15,19-20). Essa recomendação reflete um equilíbrio entre liberdade cristã e sensibilidade pastoral.

As intervenções de Pedro e Tiago exemplificam um equilíbrio entre fidelidade teológica e cuidado pastoral. Pedro enfatiza a graça de Deus como o fundamento da salvação, enquanto Tiago propõe práticas que preservam a harmonia comunitária. Ambos demonstram que lideran-

ça espiritual não é apenas sobre defender posições, mas também sobre construir pontes que promovam a unidade no Corpo de Cristo.

Essa versão revisada e ampliada mantém a estrutura inicial, mas aprofunda as reflexões teológicas e destaca o impacto das intervenções no contexto do Concílio.

2.2 Dinâmica do caminhar juntos

O Concílio de Jerusalém, narrado em Atos 15, não apenas resolve um conflito teológico de grande magnitude, mas também apresenta um modelo prático de como a Igreja primitiva enfrentou tensões teológicas e culturais por meio de discernimento comunitário, escuta mútua e dependência do Espírito Santo. Este modelo demonstra como o *caminhar junto* é possível mesmo diante de profundas diferenças culturais e perspectivas teológicas.

A escuta mútua como prática central no discernimento comunitário

A escuta mútua emerge como um elemento central em todo o relato de Atos 15. Desde o início, todas as partes são convidadas a apresentar suas perspectivas, sem exclusão ou imposição. O texto descreve como houve “grande contenda” entre os cristãos de Antioquia, o que motivou o envio de Paulo, Barnabé e outros representantes à assembleia em Jerusalém (At 15,2). A importância dessa prática está no reconhecimento de que a diversidade de vozes pode enriquecer o discernimento coletivo.

Na reunião em Jerusalém, após ouvirem os argumentos dos judaizantes (At 15,5), a multidão ouve atentamente o relato de Paulo e Barnabé: “Então, toda a multidão silenciou e passou a ouvir a Barnabé e Paulo, que contaram quantos sinais e prodígios Deus fizera por meio deles entre os gentios” (At 15,12). Esse silêncio demonstra uma atitude de respeito e abertura à obra de Deus manifestada por meio dos missionários gentios. Mesmo diante de divergências, a assembleia prioriza compreender como Deus está agindo em contextos culturais distintos.

Essa escuta mútua não se limita a um exercício formal. Ela reflete um processo de discernimento comunitário que se baseia na observação do que Deus está realizando na vida das pessoas. Em vez de se prenderem a regras ou tradições, os líderes reconhecem que a ação divina é o critério central para a tomada de decisões.

O papel do Espírito Santo na condução da decisão

A dependência do Espírito Santo é outro elemento essencial no Concílio de Jerusalém, algo explicitamente afirmado na resolução final. A carta enviada às igrejas gentílicas declara: “Pois pareceu bem ao Espírito Santo e a nós não vos impor maior encargo além destas coisas essenciais” (At 15,28). Este versículo resume o compromisso da liderança em alinhar suas decisões à direção divina.

Pedro, ao relembrar sua experiência na casa de Cornélio (At 10), destaca como o Espírito Santo já havia confirmado a inclusão dos gentios: “E Deus, que conhece os corações, lhes deu testemunho, concedendo o Espírito Santo a eles, como também a nós” (At 15,8). Lucas relata a mesma experiência em At 10,44-45, quando “o Espírito Santo caiu sobre todos os que ouviam a palavra”, demonstrando que Deus não fazia distinção entre judeus e gentios.

Além disso, Pedro reforça uma verdade teológica fundamental: a salvação é um ato da graça divina, não baseado em méritos humanos ou na observância da lei mosaica. Ele declara: “Cremos que somos salvos pela graça do Senhor Jesus, assim como eles também” (At 15,11). Este entendimento centraliza a obra de Deus, e não a dos homens, como o fundamento da fé cristã.

O Espírito Santo, portanto, atua como o agente que guia a Igreja a decisões alinhadas com o coração do Evangelho, confirmando que a inclusão dos gentios não é uma concessão humana, mas uma manifestação da graça divina.

O equilíbrio entre diversidade cultural e unidade teológica

Um dos maiores desafios enfrentados pelo Concílio de Jerusalém foi equilibrar a liberdade dos gentios em Cristo com as sensibilidades culturais dos cristãos de origem judaica. A resolução final reflete esse cuidado ao propor práticas que promovam harmonia sem comprometer a essência do Evangelho. Tiago, ao sintetizar as discussões, recomenda: “Por isso, julgo que não devemos perturbar aqueles que, dentre os gentios, se convertem a Deus, mas escrever-lhes que se abstenham das contaminações dos ídolos, bem como das relações sexuais ilícitas, da carne de animais sufocados e do sangue” (At 15,19-20).

Essa recomendação reflete uma preocupação pastoral em preservar a unidade na diversidade. A proposta de Tiago reconhece a liberdade dos

gentios em relação à lei mosaica, mas também sugere práticas que promovem o respeito mútuo entre cristãos de origens culturais distintas. Ao mesmo tempo, a decisão não compromete a mensagem central do Evangelho, reafirmando a salvação pela graça, sem exigências adicionais.

Tiago fundamenta sua posição na Escritura, citando a profecia de Amós: “Depois disso, voltarei e reedificarei o tabernáculo caído de Davi [...] Para que o restante dos homens busque o Senhor, bem como todos os gentios sobre os quais tem sido invocado o meu nome” (At 15,16-17). Essa referência bíblica confirma que a inclusão dos gentios no povo de Deus está alinhada ao plano divino revelado nas Escrituras.

A decisão do Concílio demonstra que a unidade da Igreja não exige uniformidade cultural. A comunhão é construída não pela imposição de regras homogêneas, mas pela aceitação das diferenças no contexto de uma fé comum. O equilíbrio entre diversidade cultural e unidade teológica é um princípio que continua a ser relevante para a Igreja contemporânea.

A dinâmica do caminhar juntos, exemplificada no Concílio de Jerusalém, revela a sabedoria da Igreja primitiva em lidar com questões complexas de maneira comunitária e teológica. A prática da escuta mútua (At 15,12), a dependência do Espírito Santo (At 15,8; 28) e o equilíbrio entre diversidade cultural e unidade teológica (At 15,19-20) mostram como a Igreja conseguiu preservar sua unidade enquanto avançava em sua missão global.

Esses princípios permanecem atemporais, oferecendo uma referência prática e teológica para a Igreja contemporânea. Em um mundo cada vez mais multicultural e pluralista, o exemplo do Concílio de Jerusalém continua a inspirar comunidades cristãs a discernir, dialogar e caminhar juntas, refletindo a unidade e a diversidade do Corpo de Cristo.

2.3 A decisão e sua relevância

A decisão do Concílio de Jerusalém, transmitida às igrejas gentílicas por meio de uma carta oficial (At 15,23-29), se torna um marco histórico na caminhada da Igreja primitiva. Essa resolução reafirma que a salvação é um dom da graça de Deus, alcançada pela fé em Jesus Cristo, sem depender da circuncisão ou da completa observância da lei mosaica. Ao mesmo tempo, a decisão inclui orientações práticas para preservar a harmonia entre cristãos de diferentes origens culturais, destacando a abstenção de alimentos sacrificados a ídolos, sangue, carne de animais estrangulados e

práticas de imoralidade sexual. Essas diretrizes representam um esforço deliberado para equilibrar liberdade espiritual com sensibilidade cultural, consolidando a unidade da igreja em sua missão global.

Preservação da unidade

A resolução do Concílio reflete um compromisso profundo com a unidade entre cristãos judeus e gentios, reconhecendo tanto a diversidade quanto a necessidade de comunhão. Esse compromisso encontra eco na carta aos Efésios, onde Paulo enfatiza o propósito reconciliador da obra de Cristo:

Mas, agora, em Cristo Jesus, vós, que antes estáveis longe, fostes aproximados pelo sangue de Cristo. Porque ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um; e, tendo derribado a parede da separação que estava no meio, a inimizade, aboliu, na sua carne, a lei dos mandamentos na forma de ordenanças, para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem, fazendo a paz (Ef 2,13-15).

A inclusão das práticas recomendadas pelo Concílio, como evitar alimentos sacrificados a ídolos e relações sexuais ilícitas, não se trata de uma imposição legalista, mas de uma abordagem pastoral. O objetivo é respeitar as sensibilidades culturais dos cristãos judeus, profundamente enraizados nas tradições da lei mosaica. Esse equilíbrio é sintetizado por Tiago ao afirmar: “Por isso, julgo que não devemos perturbar aqueles que, dentre os gentios, se convertem a Deus, mas escrever-lhes que se abstenham das contaminações dos ídolos, bem como das relações sexuais ilícitas, da carne de animais sufocados e do sangue” (At 15,19-20). Destaca-se que a questão do respeito e sensibilidade ao outro sempre deve ser uma estrada de mão dupla. Tiago foi sensível em conclamar os judeus a não “perturbar os gentios”, mas por outro lado, comunicar os gentios que também sejam sensíveis às tradições dos judeus, porque

Se houvesse de haver uma comunhão de coração aberto entre os cristãos judeus e gentios, seria necessário que os gentios tivessem alguma sensibilidade às restrições religiosas judaicas. Assim, Tiago propõe três proibições relacionadas à alimentação (v. 20). Duas dessas proibições (carne de animais mortos por estrangulamento e sangue) estão relacionadas à prática judaica de drenar o sangue dos animais antes de consumi-los (Fernando, 1998, p. 419).

A carta enviada às igrejas promove uma convivência pacífica e respeitosa em comunidades multiculturais, reconhecendo diferenças culturais sem impor exigências desnecessárias. Esse esforço para manter

a unidade em meio à diversidade demonstra a maturidade espiritual e pastoral da liderança da Igreja primitiva, que buscava harmonizar teologia e prática.

Afirmção da missão global

A decisão do Concílio também marca um avanço significativo na missão global da Igreja, ao remover barreiras culturais desnecessárias que poderiam limitar a propagação do Evangelho entre os gentios. A declaração de Pedro nesse contexto é crucial: “Deus, que conhece os corações, lhes deu testemunho, concedendo o Espírito Santo a eles, como também a nós. E não fez distinção alguma entre nós e eles, purificando-lhes o coração pela fé” (At 15,8-9).

Essa afirmação reconhece que a inclusão dos gentios já havia sido sancionada por Deus, independente de práticas culturais ou religiosas específicas. Ao declarar que a salvação é um ato da graça divina, o Concílio reafirma o caráter inclusivo e universal do Evangelho. Esse entendimento pavimenta o caminho para a proclamação da mensagem cristã em todos os povos e nações, ampliando o escopo da missão da Igreja.

Modelo de resolução de conflitos

“O Concílio de Jerusalém forneceu um exemplo de um processo de tomada de decisão e a decisão levou a uma forma diferente e inclusiva de compreender a filiação à Igreja” (McKinney, 2024, p. 7). Para isso, estabelece um paradigma exemplar para a resolução de conflitos. O processo culmina em uma decisão final que é fruto de um método estruturado e cuidadoso, incluindo:

- *Apresentação clara das questões*: todas as perspectivas são ouvidas, desde os judaizantes até os missionários gentios (At 15,5-12).
- *Escuta e diálogo*: um ambiente de respeito e consideração é criado para que diferentes pontos de vista sejam avaliados seriamente (At 15,6-7).
- *Discernimento teológico fundamentado nas Escrituras*: Tiago recorre à profecia de Amós para respaldar a inclusão dos gentios (At 15,13-18).
- *Dependência do Espírito Santo*: a resolução final reflete a convicção de que a decisão está alinhada à vontade divina (At 15,28).

O resultado é uma decisão que preserva a fidelidade ao Evangelho, promove harmonia e fortalece a missão da Igreja. Esse modelo continua a ser uma referência valiosa para comunidades cristãs que enfrentam tensões culturais e teológicas atualmente.

Impacto contínuo

A decisão do Concílio de Jerusalém teve repercussões duradouras. Ela não apenas consolida a identidade cristã como uma fé fundamentada na graça, mas também estabelece um precedente para flexibilidade e contextualização cultural sem comprometer a essência teológica. Esse evento inaugura uma Igreja verdadeiramente universal, unida em Cristo, mas aberta à diversidade de culturas e tradições.

A carta final enviada às igrejas termina com uma saudação de encorajamento: “Se fizerdes estas coisas, fareis bem. *Saúde*” (At 15,29). No texto original grego, a palavra traduzida como *saúde* é *rhonnumi*, que significa fortalecer, prosperar ou tornar-se forte. Essa despedida encapsula o espírito da decisão do Concílio, expressando a esperança de que o processo sinodal resulte em uma Igreja fortalecida, saudável e unida.

A saúde da sinodalidade

O uso do termo *saúde* aponta para o propósito maior da sinodalidade: promover vitalidade espiritual, comunhão e prosperidade comunitária. Uma sinodalidade saudável, como exemplificada no Concílio de Jerusalém, não impõe fardos, mas liberta; não fragmenta, mas edifica; não oprime, mas fortalece. Ela reflete o caráter de Deus como um Pai que fortalece, um Filho que une e um Espírito que renova.

Esse encerramento ressalta que as decisões da Igreja transcendem o aspecto administrativo ou teológico; elas possuem implicações espirituais profundas para o Corpo de Cristo. O exemplo do Concílio de Jerusalém continua a inspirar comunidades cristãs a buscar unidade em meio à diversidade, proclamando a salvação como um dom gratuito da graça de Deus.

A alegria e a paz como frutos da sinodalidade

Quando a prática da sinodalidade é vivida de forma genuína, seus frutos se manifestam de maneira clara na vida da comunidade cristã.

O relato de At 15,30-35 destaca que, ao receberem a carta com a resolução do Concílio de Jerusalém, a comunidade em Antioquia experimentou profunda alegria: “Quando a leram, sobremaneira se alegraram pelo conforto recebido” (At 15,31). Essa reação revela que decisões tomadas no espírito da sinodalidade não apenas resolvem conflitos, mas também produzem encorajamento, consolo e consolidação espiritual.

Além da alegria, o texto enfatiza a presença da paz e do fortalecimento comunitário. Judas e Silas, descritos como profetas, não apenas entregam a mensagem, mas também consolam os irmãos “com muitos conselhos e os fortaleceram” (At 15,32). Essa combinação de alegria, paz e fortalecimento espiritual evidencia o impacto positivo de uma liderança que escuta, discerne e age em comunhão com o Espírito Santo e com a comunidade.

Portanto, a verdadeira sinodalidade não apenas preserva a unidade teológica e cultural, mas também promove um ambiente de encorajamento mútuo, no qual o Corpo de Cristo é edificado e fortalecido. Essa experiência nos lembra que as decisões feitas sob a orientação do Espírito Santo geram resultados que vão além do administrativo, alcançando a alma da Igreja com conforto, alegria e paz. E assim, “os cristãos gentios estão felizes em fazer uma acomodação que os permita viver juntos em uma só comunidade com seus companheiros de fé judeus messiânicos” (Talbert, 2005, p. 136).

Considerações finais

Quais implicações dessa experiência para a sinodalidade da Igreja hoje?

O Concílio de Jerusalém, com sua postura de escuta mútua, discernimento espiritual e busca pela unidade, continua sendo um modelo essencial para a prática da sinodalidade na Igreja contemporânea. Sua relevância ultrapassa os limites históricos e culturais, oferecendo lições práticas e teológicas para os desafios enfrentados pela comunidade cristã no mundo globalizado de hoje.

Uma das primeiras implicações para a sinodalidade da Igreja atual é (1) *a necessidade de uma escuta ativa e inclusiva*. Assim como a Igreja primitiva deu espaço para que diferentes vozes fossem ouvidas, as comunidades cristãs contemporâneas precisam cultivar uma *cultura de diálogo genuíno*. Isso exige que as lideranças e os membros da Igreja não apenas

escutem, mas valorizem as experiências e perspectivas dos outros, especialmente em contextos de diversidade cultural, social e teológica. O silêncio da multidão ao ouvir Paulo e Barnabé (At 15,12), além de um ato de respeito, indica uma abertura à ação de Deus no outro. Essa postura continua indispensável para discernir a vontade divina em meio às crises internas da Igreja e as complexidades do mundo atual.

Outro aspecto crucial é (2) *a dependência do Espírito Santo como guia para as decisões comunitárias*. No Concílio, as resoluções não foram fundamentadas apenas em argumentos humanos ou no consenso da maioria, mas em uma clara percepção da obra do Espírito. A Igreja de hoje, diante de conflitos e dilemas morais, teológicos e culturais, precisa reconhecer que a verdadeira sinodalidade está para além de seu exercício organizacional, mas que também é uma expressão da comunhão com o Espírito de Deus. O Espírito Santo é aquele que purifica, orienta, direciona e unifica, como testemunhado por Pedro em sua defesa da inclusão dos gentios (At 15,8-9).

Além disso, o Concílio de Jerusalém nos desafia a buscar (3) *o equilíbrio entre diversidade cultural e unidade teológica*. Em um mundo marcado por diferenças profundas e polarizações exageradas, a sinodalidade exige uma teologia da reconciliação que não apenas reconheça as diferenças, mas as celebre como parte do desígnio de Deus. Tiago exemplifica essa abordagem ao propor orientações práticas que respeitam as sensibilidades culturais dos cristãos judeus sem impor barreiras aos gentios (At 15,19-20). A Igreja de hoje, ao lidar com questões como contextualização do Evangelho, justiça social e convivência intercultural, precisa adotar uma postura semelhante, promovendo harmonia sem comprometer a mensagem central do Evangelho, que viva a unidade na diversidade.

A sinodalidade contemporânea também precisa ser vivida como (4) *um testemunho público de unidade e serviço*, refletindo a missão global da Igreja. O Concílio de Jerusalém abriu caminho para a expansão do Evangelho ao remover obstáculos culturais, e a Igreja atual é chamada a fazer o mesmo. Em um mundo fragmentado por divisões políticas, sociais e econômicas, a prática da sinodalidade pode se tornar um sinal profético de que a verdadeira unidade é possível em Cristo. Mais do que um processo interno, a *sinodalidade é uma forma de proclamar o Evangelho em palavras e ações*, demonstrando que o Corpo de Cristo é um lugar de acolhimento, reconciliação e envio em missão.

Por fim, o encerramento do Concílio com a saudação “Saúde” (At 15,29) nos lembra que o objetivo último da sinodalidade é (5) *promover a saúde espiritual e relacional da Igreja*. Uma sinodalidade saudável fortalece a comunhão, renova a missão e edifica o Corpo de Cristo. A Igreja contemporânea, ao abraçar a sinodalidade, é chamada a refletir o caráter de Deus como um Pai que cuida, um Filho que une e um Espírito que renova.

Contudo, nem tudo no Concílio de Jerusalém deve ser idealizado. A carta de Paulo aos Gálatas revela uma tensão posterior, quando o próprio apóstolo confronta Pedro por afastar-se dos gentios, temendo os da circuncisão (Gl 2,11-14). Esse episódio revela que, apesar do acordo firmado em Jerusalém, as práticas aceitas ainda encontravam resistência na vivência cotidiana da fé. Isso deve nos ensinar que a sinodalidade não é um evento resolutivo, mas *um processo contínuo*, que exige coerência entre decisões e práticas, vigilância pastoral e abertura constante à voz do Espírito.

Diante disso, a Igreja atual precisa se perguntar: os “gentios” de hoje – os marginalizados, os periféricos, os diferentes – têm realmente voz nos espaços de escuta e discernimento? Ou continuam sendo apenas destinatários das decisões? A sinodalidade, para ser fiel ao Evangelho, não pode excluir os sujeitos da missão do processo de escuta e decisão.

Nesse sentido, é importante lembrar que a missão não é uma atividade periférica da Igreja, mas sua própria razão de ser. Como afirma Lesslie Newbigin, “uma igreja que não é ‘a igreja em missão’ não é igreja de fato” (Newbigin, 1985, p. 2). Isso necessariamente implica em reconhecer que a missão não pode ser reduzida a uma das atividades da Igreja: ela é o seu modo de ser no mundo, a forma pela qual participa do propósito redentor de Deus na história. A sinodalidade, se desconectada dessa vocação missionária, corre o risco de se tornar apenas um exercício interno de organização.

Portanto, o Concílio de Jerusalém nos ensina que a sinodalidade é mais do que uma estrutura ou um método; é *uma prática espiritual* que requer esforço diligente, humildade e dependência do Espírito Santo. E também um exercício de autocritica constante, capaz de reconhecer seus limites e aprender com suas tensões internas. Essa experiência continua a desafiar a Igreja a caminhar junta, discernindo a vontade de Deus e testemunhando sua graça redentora em um mundo que tanto necessita de unidade, paz, amor e esperança.

“A sinodalidade é, em última análise, uma questão de missão”, afirmou Stephen Bevans (2022).

Referências

BARRETT, C.K. *A critical and exegetical commentary on the Acts of apostles*: Introduction and commentary on Acts XV-XXVIII. London; New York: T&T Clark, 2004. v. II.

BEVANS, S. Synodality is about mission & journeying together (29 Jul 2022). Disponível em: <https://www.divineword.com.au/item/1356-synodality-is-about-mission-journeying-together#:~:text=%E2%80%9CSynodality%20is%20ultimately%20about%20mission%2C,%E2%80%9D>. Acesso em: 04 abr. 2025.

BRUCE, F.F. *The Acts of the apostles*. Grand Rapids: Eerdmans, 1990.

CONZELMANN, H. *Acts of the apostles*: A commentary on the Acts of the apostles. Philadelphia: Fortress Press, 1987.

FERNANDO, A. *Acts*: The NIV application commentary. Grand Rapids: Zondervan, 1998.

FITYZMYER, J.A. *The Acts of the apostles*. New York: Doubleday the Anchor Bible, 1997.

FRANCISCO, Papa. Cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos (17 out. 2015). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html. Acesso em: 04 abr. 2025.

JERVELL, J. *The theology of the Acts of the apostles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MCKINNEY, S. The Council of Jerusalem in Acts 15 and synodality. In: MCKINNEY, S.; O'LOUGHLIN, T.; TÓTH, B. (ed.). *Synodality and the recovery of Vatican II: A New Way for Catholics*. Messenger Publications: Dublin, 2024. p. 17-27.

NEWBIGIN, L. *The open secret*: an introduction to the theology of mission. Grand Rapids: Eerdmans, 1995.

TALBERT, C. *Reading Acts*: A literary and theological commentary on the Acts of the Apostles. Macon: Smyth & Helwys Pub., 2005.

Artigo recebido em: 14 dez. 2024

Aprovado em: 04 abr. 2025